



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE 12/02/2015

CIDADES

Samu tem 60 dias para levar cronograma de ações ao MP

Medida é apresentar intervenções para regularizar bases do serviço móvel

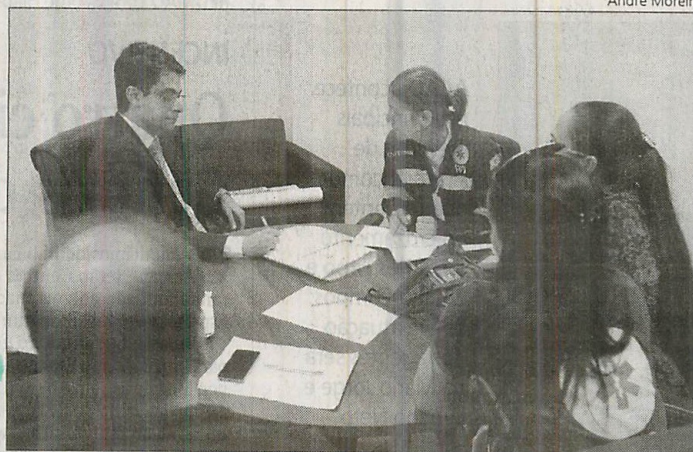
Gilmara Costa
DA EQUIPE JC

André Moreira

No prazo de 60 dias, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) deverá apresentar ao Ministério Público Estadual (MPE) o cronograma específico para as intervenções necessárias à regularização das bases descentralizadas existentes em todo o Estado. Esse foi o acordo estabelecido na manhã de ontem, durante audiência pública extrajudicial no Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde (Caop Saúde) em decorrência do relatório elaborado pelo DNASUS, a partir de auditoria realizada nas bases em setembro de 2012.

Segundo o diretor do Caop Saúde, promotor Nilzir Soares Vieira Júnior, a concessão do prazo para apresentação das medidas a serem adotadas foi consensual entre os presentes na reunião, uma vez que ocorreram mudanças na gestão do Samu, bem como a constatação da execução de atividades que já atendem as correções de problemas apontados em relatórios.

“Todos acordaram em estabelecer o de 60 dias para a apresentação de um cronograma de ações que visem a melhoria estrutural das bases descentralizadas, pois houve uma mudança de gestão no Samu, a qual se dispôs a apresentar uma proposta para a situação das bases descentralizadas, pois estas sem estrutura necessária acaba por comprometer a prestação de serviço à comunidade. Além disso, verificamos que algumas medidas já foram adota-



AUDIÊNCIA definiu traçar propostas para melhorar a prestação de serviço à comunidade das 36 bases descentralizadas em todo o Estado

das, a exemplo da regulação e da comunicação, esta última com a adoção de rádios, cuja implantação tem previsão de ser concluída em abril. Dessa maneira, achamos de bom senso aguardar a apresentação desse cronograma”, disse o promotor Nilzir Soares.

Com 36 bases descentralizadas distribuídas em todo o Estado, o Samu 192 tem apresentado problemas na sua estrutura física, contribuindo para uma deficiência na prestação de serviços, situação que a nova superintendente do Samu, Maria da Conceição Mendonça Costa, deseja reverter para melhor atender a população. “Nós vamos apresentar uma proposta aos gestores da SES e da FHS de reorganização das bases descentralizadas de maneira que possamos garantir uma melhor assistência à população, de maneira integrada com outros órgãos, e partindo do princípio de que a educação é o essencial

para integrar, qualificar e melhorar a prestação de serviço. Nós atendemos mais de dois milhões de pessoas em todo o Estado. Temos profissionais capacitados para o atendimento ao público, teremos uma nova sede para a Central de Regulação, ou seja, temos tudo para ser o melhor Samu do país e vamos atuar para isso. A responsabilidade pela saúde é tripartite, ou seja, União, Estados e Municípios devem atuar de maneira integrada para que haja uma segura e eficiente prestação de serviço à população. Então, é isso que vamos buscar para traçar esse cronograma que será entregue ao MP para acompanhamento”, afirmou.

Também presente à audiência, a presidente interina do Sindicato Samu 192, Neilma Correia, destacou a importância da atuação conjunta para garantir condições de trabalho aos servidores e, consequentemente, o atendimento à população. “As bases hoje funcionam

em casa que são adaptadas, diante da falta de uma uniformização das unidades. Assim, a regularização a ser apresentada analisará questões como segurança, estruturas dos prédios e sua funcionalidade, possibilitando melhores condições de trabalho, o que vai gerar um melhor tempo resposta ao atendimento da população. O Samu agora conta com rádios para a comunicação, o que é de grande importância, pois dá agilidade ao atendimento”, declarou Neilma Correia.

Ainda durante o prazo de 60 dias, o promotor Nilzir Soares garantiu que outros órgãos serão provocados para a verificação das alterações já implementadas. “Nesse ínterim, vamos provocar o Corpo de Bombeiros para a vistoria daquelas unidades onde foram feitas as alterações necessárias para que possamos ter o acompanhamento do que já está sendo efetivamente feito para a adequada prestação de serviços aos usuários”, frisou.